



# PRACA

REVISTA DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UFPE



VOLUME 4 - NÚMERO 1, 2020  
ISSN 2595-1025

dossiê

Florestan  
Fernandes



### **Contato**

revistapracaufpe@gmail.com

**Para mais informações, arquivos e submissões em fluxo contínuo, acesse:**

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/praca>

### **Imagem da capa:**

Câmara dos Deputados

### **Informações Bibliográficas:**

Praça: Revista Discente da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE  
Volume 4, Número 1, 2020, 106 páginas  
ISSN: 2595-1025

### **Comitê Editorial:**

Anita Pequeno  
Carla Ribeiro Sales  
Claudia R. Ferreira de Brito  
João Flávio M. Amaral  
Marcele de Moraes Silva  
Mariana Albuquerque  
Raphael Nascimento  
Rebecca Portela Melo  
Samara Maria de Almeida

### **Agradecimentos:**

À professora Eliane Veras e ao professor Diogo Valença pela gentil escrita do editorial.  
A todos os autores e pareceristas que contribuíram para a produção desta edição.

## Sumário

Editorial .....	4
-----------------	---

### Dossiê: Florestan Fernandes

As pesquisas folclóricas desenvolvidas por Florestan Fernandes: <i>uma introdução</i> .....	6
Rebeca Bandeira	

Cem anos de Florestan Fernandes: <i>uma vida dedicada à defesa da escola pública</i> .....	19
Cláudia Sena Lioti e Márcia Marlene Stentzler	

Ensino de Sociologia no Ensino Médio: <i>o olhar de Florestan Fernandes</i> .....	33
Célia Oliveira dos Santos Neta	

Florestan Fernandes e Theotônio dos Santos: <i>apontamentos sobre o capitalismo dependente e o fascismo na América Latina</i> .....	45
Itamá Winicius do Nascimento Silva	

Florestan Fernandes: <i>um precursor da política de promoção da igualdade racial no Brasil?</i> .....	69
Tairine Ferreira Pimentel	

O paradoxo da democracia nas relações raciais: <i>uma leitura de “A integração do negro na sociedade de classes”</i> .....	83
Lara Maria Alves Falcão	

### Resenha

Recursos para um ativismo intelectual: <i>o paradigma da interseccionalidade em Patricia Hill Collins</i> .....	102
Lunara Gomes	

## Resenha

\*\*\*

### **Recursos para um ativismo intelectual:**

*o paradigma da interseccionalidade em Patricia Hill Collins*

Lunara Gomes\*

COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

Dividido em três partes, *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política do empoderamento* carrega em si a escrita de uma obra que tem como objetivo o ativismo intelectual. É com essa finalidade que Patricia Hill Collins pretende afirmar o poder das ideias a serviço da justiça e igualdade sociais (COLLINS, 2019, p. 11).

Patricia Hill Collins é professora emérita do Departamento de Sociologia da Universidade de Maryland, College Park. Publicara obras como *On Intellectual Activism* (Temple University Press, 2013), *Intersectionality as Critical Social Theory* (Duke University Press, 2019), mas *Pensamento feminista negro* é o primeiro de seus livros com publicação aqui no Brasil, por meio da editora Boitempo. Além disso, ela é considerada a primeira presidenta negra da Associação Americana de Sociologia.

A obra é grandiosa, entre outras coisas, porque carrega em si muitos rostos, tal qual o feminismo negro. Da coletividade, das lutas em comum, existem particularidades atestadas pela noção de interseccionalidade que impedem uma ideia essencialista sobre as mulheres. Com uma linguagem acessível, Hill Collins (2019) elucida conceitos como ideologia, opressão, interseccionalidade para discutir questões complexas que dizem respeito às relações e tensões raciais próprias dos Estados Unidos.

Na primeira parte, intitulada *A construção social do pensamento feminista negro*, a autora resgata a memória de intelectuais afro-americanas que produziram de forma isolada como Zora Neale Hurston e de outras que se esforçam para serem reconhecidas. Para a autora, a dialética entre a supressão do conhecimento produzido por mulheres negras e o ativismo de tantas outras, constitui, portanto, a política do pensamento feminista negro estadunidense (COLLINS, 2019, p. 33).

Entre outras coisas, ela traz para o debate acadêmico a persistente ausência das ideias feministas

---

\*Doutoranda e mestra em Teoria da Literatura pela UFPE. Graduada em Ciências Sociais pela mesma instituição. E-mail: lunaracarolline@hotmail.com.

de mulheres negras na produção acadêmica, explicada pela negação da possibilidade de alfabetização dos afro-americanos por um longo período (COLLINS, 2019, p. 35).

Hill Collins (2019) discute também o desenvolvimento da teoria social crítica das estadunidenses, que se revela como um conjunto de saberes e práticas que estão relacionados com demandas enfrentadas em comum pelas afro-americanas: “A identidade do pensamento feminista negro como teoria social “crítica” reside em seu compromisso com a justiça, tanto para as estadunidenses negras como coletividade quanto para outros grupos oprimidos” (COLLINS, 2019, p. 43).

Um dos fatores que estimulou o desenvolvimento da teoria social crítica das afro-americanas está relacionado ao período anterior à segunda Guerra Mundial, no qual, a segregação racial percebida na habitação urbana havia se tornado tão aprofundada que a maioria das afro-americanas vivia em tradicionais bairros negros. Lá, seus filhos puderam frequentar escolas para pessoas negras, como também, as mulheres eram parte ativa em igrejas e organizações do próprio bairro. Desta maneira, é importante perceber como nesses bairros, alguns saberes de matriz africana foram ampliados com o objetivo de resistirem à opressão de base racista (COLLINS, 2019, p. 43).

A autora usa o conceito de imagens de controle com a finalidade de apresentar os variados estereótipos inteiramente negativos que recaem sobre as mulheres negras. Ela discute várias imagens, como por exemplo, as *mammies*, as jezebeís, as mães beneficiárias de programas de assistência social, entre outras, e como determinadas características relacionadas a essas mulheres são utilizadas para justificar as diferentes opressões vivenciadas por elas. Hill Collins (2019) discute essas e outras imagens em profundidade na segunda parte da obra: Temas centrais do pensamento feminista negro.

Nesta segunda parte, ela também apresenta um quadro amplo de debate sobre o lugar das mulheres afro-americanas no mercado de trabalho. A socióloga parte do período escravocrata para elucidar a origem da constatação de que a maioria das mulheres negras ainda permanece em postos de trabalho subalternizados: “Em épocas anteriores, o confinamento das afro-americanas no trabalho doméstico e agrícola estruturou mais uniformemente a opressão das mulheres negras como “mulas do mundo” (COLLINS, 2019, p. 133).

No trabalho doméstico, por exemplo, há uma imagem de controle bastante conhecida socialmente que é a da *mammy*. Esse estereótipo continua ativo tanto na cultura erudita quanto na popular (COLLINS, 2019, p. 141) e é representado basicamente pela serviçal negra fiel, aquela que obedece sempre aos patrões brancos. Hill Collins (2019) demonstra como a imagem foi criada para legitimar a continuidade do confinamento das mulheres negras ao serviço doméstico (COLLINS, 2019, p.140): “A ideologia dominante na era da escravidão estimulou a criação de várias imagens de controle inter-relacionadas e socialmente construídas da condição de mulher negra que refletiam o interesse do grupo dominante em manter a subordinação das mulheres negras” (COLLINS, 2019, p. 140).

Outra imagem de controle discutida por Hill Collins (2019), a da mãe dependente do estado parece estar relacionada ao maior acesso das mulheres negras da classe trabalhadora aos direitos proporcionados pelo Estado de bem-estar social (COLLINS, 2019, p. 149). Ambos estereótipos constituem-se também pelo desejo de controle da fecundidade das mulheres negras. A imagem da mãe dependente de programas sociais se apresenta como útil no que se refere à associação da “mãe acomodada”, que “escapa do trabalho” e “transmite valores nocivos” para os filhos, representando assim, um perigo para as contas do estado (COLLINS, 2019, p. 151). Como já dito, a autora demonstra a maneira pela qual essas imagens de controle se relacionam e compartilham características em comum com o objetivo de controlar os corpos das afro-americanas: “A imagem da *mammy* é fundamental em opressões interseccionais de raça, gênero, sexualidade e classe. Em relação à opressão de raça, imagens de controle como a da *mammy* visam influenciar o comportamento materno das mulheres negras” (COLLINS, 2019, p. 141).

Em outro tópico da segunda parte, *O poder da autodefinição*, ela discute sobre as formas de resistência desenvolvidas pelas afro-americanas, nas quais elas rejeitam as imagens de controle associadas às mulheres negras. Ela resgata as vozes de Audre Lorde, Marita Bonner entre outras afro-americanas para ilustrar a construção da consciência coletiva e para demonstrar como há tempos, o espaço das subjetividades é explorado por essas e outras mulheres (COLLINS, 2019, p. 181):

A voz dessas mulheres afro-americanas não é de vítimas, mas de sobreviventes. Suas ideias e ações sugerem que não apenas existe um ponto de vista autodefinido das mulheres negras como grupo, mas que sua presença tem sido essencial para a sobrevivência das mulheres negras nos Estados Unidos (COLLINS, 2019, p. 182).

Nesse sentido, a autora fala dos espaços a partir dos quais surgiram as possibilidades das afro-americanas se autodefinirem, como, por exemplo, as igrejas e organizações comunitárias (COLLINS, 2019, p. 185). A socióloga também discute outras formas de resistência elaboradas pelas estadunidenses negras, como por exemplo, o desenvolvimento de uma tradição de arte progressista como o *blues*. Demonstra-se assim que não podemos rematar que a objetificação das mulheres negras se dá de forma absoluta:

A maioria das afro-americanas simplesmente não se define como *mammies*, matriarcas, mães dependentes do Estado, mulas ou mulheres sexualmente depreciadas. A matriz de dominação na qual essas imagens de controle estão inseridas é muito menos coesa ou uniforme do que se imagina (COLLINS, 2019, p. 182).

Ainda sobre essa segunda parte, a autora discute outro exemplo de dominação presente na discriminação persistente em relação às políticas sexuais das mulheres e insiste no compromisso que devemos ter ao analisarmos essa conjuntura através do paradigma interseccional. Nesse sentido,

as categorias como gênero, raça e classe devem ser invocadas com o objetivo de observarmos os tratamentos distintos direcionados às estadunidenses (COLLINS, 2019, p. 369). A partir da variedade de temas discutidos por ela, entra-se em contato com a possibilidade de utilização dos paradigmas interseccionais na análise de opressões que moldam, inclusive, as experiências de outros grupos sociais (COLLINS, 2019, p. 368).

É de grande valor perceber a contribuição dos paradigmas interseccionais, principalmente, no que se refere a uma nova perspectiva sobre a forma de organização da dominação. Sobre essa questão, Patricia Hill Collins (2019) faz uso do conceito de matriz de dominação, o qual caracteriza a organização social onde as opressões interseccionais têm origem (COLLINS, 2019, p. 368).

Entre outros temas, na terceira parte, intitulada *Feminismo negro, conhecimento e poder*, a autora discute as dificuldades encontradas pelas pesquisadoras que buscam a aceitação de seus trabalhos na produção acadêmica. Nesse sentido, ela é enfática:

Além disso, é improvável que um pensamento especializado que coloque em xeque pressupostos de inferioridade feminina negra seja gerado em ambientes acadêmicos controlados por homens brancos, porque tanto as perguntas elaboradas nesse contexto como as respostas refletiriam necessariamente uma falta básica de familiaridade com as realidades das mulheres negras. Mesmo aqueles que acham que estão familiarizados com tais realidades podem reproduzir estereótipos. Acreditando-se conhecedores do assunto, muitos pesquisadores defendem firmemente as imagens de controle das mulheres negras estadunidenses como *mammies*, matriarcas e jezebéis, e permitem que percepções baseadas no senso comum permeiem seus estudos (COLLINS, 2019, p. 405).

Ainda que se verifique a exclusão das mulheres negras da produção acadêmica sociológica até a década de 1970, isso não quer dizer que não houve tentativas de validação de conhecimento das afro-americanas (COLLINS, 2019, p. 409) – elas têm recorrido, desde a sua inserção na academia, a maneiras alternativas para consolidarem suas pesquisas e respectivas reivindicações (COLLINS, 2019, p. 406). Em relação às pesquisas acadêmicas, a autora argumenta que, embora existam vários estudos dentro do pensamento feminista negro, a maioria deles se volta para as políticas internas. Essas pesquisas não deixam de ser relevantes, mas não bastam e, nesse sentido, a autora sugere que se considere as mulheres dentro de uma conjuntura global e em relação à política externa (COLLINS, 2019, p. 373). Assim, ela incorpora mais uma categoria a ser levada em consideração nos estudos que necessitam de uma perspectiva interseccional, a de nação.

As análises da obra, situadas dentro ou fora da academia, apresentam um quadro amplo de temas do pensamento feminista negro e esses estudos colocam-se como um importante centro de conhecimento sobre as opressões interseccionais. A epistemologia feminista, além de permitir a autodefinição das afro-americanas, possibilita o empoderamento tanto no nível subjetivo quanto em relação ao empoderamento de nível coletivo frente às instituições sociais patriarcais.

Além do empoderamento estar diretamente conectado ao conhecimento, a socióloga ressalta a importância de olharmos para o ativismo das mulheres negras porque evidencia-se que o empoderamento exige mais do que a mudança da consciência individual. Ele também demanda uma transformação das instituições sociais consideradas problemáticas (COLLINS, 2019, p. 433): “(...) Embora o empoderamento individual seja fundamental, somente a ação coletiva pode produzir efetivamente as transformações institucionais duradouras que são necessárias para que tenhamos justiça social” (COLLINS, 2019, p. 456).

O denso trabalho de Hill Collins (2019), voltado ao contexto estadunidense, não se limita à territorialidade. Ele consolida a relevância do conceito de interseccionalidade como uma ferramenta teórico-metodológica fundamental, sobretudo, para pesquisadores que se dedicam aos estudos sobre questões raciais e de gênero. Ao apresentar a base do pensamento feminista negro e sua principal ferramenta conceitual, a obra se torna um alicerce, especialmente, dos estudos sociológicos.